

## **Área Temática:** Sociologia Política

**Título:** Comissão Parlamentar do Esporte e “Deputados do Esporte”: entre financiamento de campanha e emendas parlamentares

### **Resumo Expandido**

Quem são os parlamentares que atuam em prol do esporte no Brasil (seu perfil político)? Quem financia esses deputados? Quais emendas parlamentares ao orçamento foram propostas por eles? Esses parlamentares atuam juntos formando uma rede de influência política em prol do esporte ou dos interesses de suas empresas financiadoras no Congresso?

Esta pesquisa inaugura um campo inexplorado nos estudos de políticas de Esporte no Brasil, o lócus e o modus operandi de elaboração da política esportiva, as instituições políticas com seus respectivos atores (MENDES 2013; MENDES & CODATO 2014; MENDES & CODATO 2015; MENDES 2017), os quais tem a prerrogativa de legislar sobre Esporte no Congresso Nacional Brasileiro (BNC) durante a 54ª Assembleia Legislativa. Neste estudo é analisada a Comissão de Turismo e Esporte (CTS) e o Comitê de Esporte (CESPO), as comissões permanentes pelo tema esporte na respectiva legislatura abrangendo as eleições pré e pós (2010 e 2014). Uma combinação de teorias e técnicas foi utilizada para inaugurar um método de estudo adequado a esta instituição com o objetivo de desvendar seu potencial político para influenciar a política de esporte.

A partir da análise dos dados utilizamos teorias e métodos que melhor se aplicaram:

(a) para análise de atores políticos (decisores políticos) – uma análise do perfil da elite política (Perissinotto & Codato 2015), a fim de verificar o perfil político dos agentes dessas instituições;

(b) a teoria da análise das redes sociais (Wasserman e Faust 1994) para entender as conexões entre esses atores e as empresas que financiaram sua campanha eleitoral, bem como os contratos destas empresas com o governo federal no período pós eleitoral;

Os dados utilizados foram aqueles correspondentes ao financiamento empresarial da campanha dos deputados, as emendas orçamentárias por eles elaboradas e os respectivos contratos com o governo obtidos pelas empresas financiadoras pós período eleitoral.

A comissão permanente responsável pelo esporte na Câmara dos Deputados durante a 54ª Legislatura (2011-2015), foi a Comissão de Turismo e Desporto (CTS) até fevereiro de 2014 e a Comissão de Desporto (CS) após fevereiro de 2014. Analisamos o financiamento da campanha dos 45 membros dessas comissões usando a análise de rede e dados sobre: (1) financiamento empresarial de campanha nas eleições de 2010 e 2014 (empresas e valor doado), para fins empíricos de observar algum padrão de financiamento; (2) emendas

individuais ao orçamento feitas às Leis de Orçamento Anuais de 2012 a 2015 (valor e área do governo); e (3) valores de contratos públicos adquiridos pelas empresas financiadoras no período pós-eleitoral. Buscamos identificar se esses deputados priorizaram as emendas ao esporte ou às áreas de empresas doadoras. Entre os resultados, destacamos: (1) 574 empresas financiaram as campanhas de 2010 e 2014, destas, 21 empresas foram repetidas em ambas as eleições, e 10 deputados foram reeleitos e continuaram a trabalhar na CESPO; (2) as maiores quantidades de emendas foram atribuídas à Saúde (exigido por lei), Infraestrutura e Esporte, respectivamente; (3) 198 empresas tinham contratos com o governo e, em 121 delas, o valor contratual era extremamente superior ao valor doado. Os dados sugerem a relação entre atividade legislativa e financiamento de campanhas como investimento empresarial.

Este estudo foi (1) o primeiro a abordar o estudo do financiamento de campanha eleitoral de forma específica, ou seja, pelo foco de deputados que trabalham em uma área específica (esporte), (2) observando sua performance parlamentar em um nicho específico (emendas parlamentares) e (3) verificar uma cadeia inteira relacionada a esta atuação política, ou seja, uma relação entre empresas de financiamento, deputados e suas emendas e contratos de financiamento de empresas com o governo.

Contrariando a hipótese inicial, os dados evidenciaram que, após o cumprimento das obrigatoriedades legais em relação a alocação das emendas orçamentárias individuais, dentre elas a destinação de determinado percentual em saúde, os deputados elegeram não só como primeira opção mas também como a de maior alocação de suas emendas orçamentárias individuais a área de governo correspondente ao setor econômico das empresas que financiaram suas campanhas (Infraestrutura / Construtoras) e apenas em segundo lugar, o esporte. Tal fato se repetiu em ambas as eleições analisadas (2010 e 2014).

É digno de nota que as empresas tidas como as maiores financiadoras de suas campanhas são justamente as empresas que patrocinam o futebol brasileiro.

Ainda, foi possível verificar que o setor econômico referente às empresas financiadoras (Construção), foi o que obteve mais contratos com o governo federal (Infraestrutura). Muitas das empresas financiadoras obtiveram contratos, e estes superaram o valor de financiamento eleitoral executado pelas empresas – ainda que se levando em conta o valor possivelmente utilizado na obra para a qual tiveram o contrato. Desse modo, há um indicativo de financiamento de campanha eleitoral como investimento empresarial.

A contribuição deste estudo foi elucidar especificamente no referente aos “deputados do esporte”, isto é, aqueles dedicados à política de esporte no Congresso Nacional por sua atuação na Comissão Permanente destinada ao Esporte, a relação pertinente entre empresas financiadoras de campanha eleitoral, ação política de deputados financiados no pertinente à destinação de emendas orçamentárias individuais e possíveis benefícios para do

financiamento eleitoral por parte dessas empresas através de contratos com o governo. Além de apresentar um método para estudar o financiamento da campanha e o desempenho parlamentar num nicho político específico.

**Palavras-chave:** comissão permanente; Câmara dos Deputados; política de esporte; instituições políticas; financiamento empresarial

### Referências

- MENDES, Alessandra. 2013. "Política Pública de Esporte: Considerações Sobre Gestão, Instituições Políticas E Método de Pesquisa No Brasil." *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva* 3(Suplemento 1): 1–19.
- MENDES, Alessandra, and Adriano CODATO. 2014. "Institutional System of the State and Public Policy: The Structure of Sports Management in Brazil." In *14th Annual International Conference on Sports: Economic, Management, Marketing & Social Aspects* ., Atenas: Athens Institute for Education and Research, 1–37.
- MENDES, Alessandra Dias. 2017. "A Política Da Política de Esporte: Uma Análise Da Frente Parlamentar Do Esporte E Da Comissão Do Esporte Da Câmara Dos Deputados Na 54ª Legislatura." Universidade Federal do Paraná.
- MENDES, Alessandra Dias, and Adriano Nervo CODATO. 2015. "The Institutional Configuration of Sport Policy in Brazil: Organization, Evolution and Dilemmas." *Revista de Administração Pública* 49(3).
- PERISSINOTTO, Renato, & CODATO, Adriano eds. 2015. *Como Estudar Elites*. Curitiba: Editora UFPR.
- WASSERMAN, Stanley & FAUST, Katherine. 1994. *Social Network Analysis: Methods and Applications*. Cambridge: Cambridge University Press.